

Artigo – Administração Brasileira.

Políticas Públicas para a Agricultura Familiar Brasileira: Uma Análise da Produção Artesanal de Queijo Minas

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio¹
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
armindo.teodosio@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a inserção da agricultura familiar no cenário econômico, político e social brasileiro a partir da discussão do empreendedorismo. Recorremos à Nova Sociologia Econômica para estudar economia a partir de suas conexões com as questões sociais. É realizada uma análise do mercado da produção artesanal de Queijo Minas, utilizando o conceito de embeddedness (imersão) para explicar a intencionalidade do ator no sistema de relações sociais e a formação da estrutura social, destacando seus desdobramentos sobre a ação econômica. Concluímos fazendo uma avaliação do empreendedorismo na agricultura familiar brasileira como estratégia de promoção do desenvolvimento sustentável.

Palavras chave: Empreendedorismo, Agricultura Familiar, Nova Sociologia Econômica, Políticas Públicas Agrícolas.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the insertion of family farming in the Brazilian economic, political and social scenario, based on the discussion of entrepreneurship. We turn to the New Economic Sociology to study economics from its connections with social issues. An analysis of the artisanal production market of Queijo Minas is carried out, using the concept of embeddedness to explain the actor's intentionality in the system of social relations and the formation of the social structure, highlighting its consequences on economic action. We conclude by evaluating entrepreneurship in Brazilian family farming as a strategy to promote sustainable development.

Keywords: Entrepreneurship, Family Farming, New Economic Sociology, Public Policy in Agriculture.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar la inserción de la agricultura familiar en el escenario económico, político y social brasileño, a partir de la discusión del emprendimiento. Acudimos a la Nueva Sociología Económica para estudiar la economía desde sus conexiones con lo social. Se realiza un análisis del mercado de producción artesanal de Queijo Minas, utilizando el concepto de arraigo para explicar la intencionalidad del actor en el sistema de relaciones sociales y la formación de la estructura social, destacando sus consecuencias sobre la acción económica. Concluimos evaluando el emprendimiento en la agricultura familiar brasileña como estrategia para promover el desarrollo sostenible.

Palabras Clave: Emprendimiento, Agricultura Familiar, Nueva Sociología Económica, Políticas Públicas Agrarias.

[Submetido em 05-02-2022 – Aceito em: 03-06-2022 – Publicado em: 26-12-2022]

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

INTRODUÇÃO

Vivenciamos um importante fenômeno de revalorização do espaço rural no Brasil. O estilo de vida do campo, carregado de significados como a sustentabilidade ambiental e a valorização da diversidade cultural, aliado ao ideal de uma vida saudável e uma mudança na percepção do valor dos recursos naturais, está alterando positivamente a dimensão atribuída pela sociedade moderna, não somente ao espaço rural, mas às pessoas que nele vivem, seus valores e saberes.

O reordenamento global do rumo do desenvolvimento em direção ao paradigma da sustentabilidade, envolvendo a integração entre conservação e desenvolvimento, a satisfação das necessidades básicas do ser humano com equidade e justiça social, e a garantia da diversidade cultural e da integridade ecológica também contribuem para a valorização da agricultura familiar e sua participação na construção de uma nova realidade rural no Brasil.

A agricultura familiar no Brasil “cresce e aparece”. Dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) dão conta do vigor que caracteriza não somente a importância social deste segmento na geração de trabalho e renda no campo e na garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira, mas também de sua pujança econômica. Mesmo ocupando menos de um quarto da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários no Brasil, dado que reforça a concentração agrária herdada dos tempos de colônia e que persiste ainda hoje, a agricultura familiar responde por 23% do valor bruto da produção agropecuária nacional, sendo responsável por 77% dos estabelecimentos rurais no Brasil. Em relação às pessoas ocupadas na agropecuária brasileira, é evidente a importância econômica e social da agricultura familiar. Na contramão da intensa mecanização das lavouras, resultante dos avanços tecnológicos e da redução da mão de obra ocupada no agrobusiness, a agricultura familiar em 2017 foi capaz de abranger 67% de todo o pessoal ocupado na agricultura brasileira, o que equivale a cerca de 10,1 milhões de trabalhadores (IBGE, 2017).

Deparamo-nos com a necessidade de discutir quais fatores contribuem para o processo de fortalecimento da agricultura familiar. Sabe-se que as lutas dos movimentos sociais em defesa das questões agrárias no país tiveram e ainda têm grande importância neste processo. Estas lutas proporcionaram, entre outras medidas, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, órgão da administração direta do Governo Federal responsável pela gestão de um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável, que integram a atual agenda de redemocratização do país e que inserem a agricultura familiar no marco institucional do Estado brasileiro. (Schimtt, 2017; Diniz & Lerrer, 2018; Mattei, 2018; Medeiros & Grisa, 2019).

Este conjunto de políticas públicas tem buscado apoiar o desenvolvimento da atividade agrícola em pequenas propriedades rurais da agricultura familiar, desde as que se dedicam apenas a produção para consumo próprio da família, até aquelas que atuam na produção para o mercado e gerando renda para as famílias. Ao se conceber o agricultor familiar como protagonista deste processo, se faz necessário conhecer seu perfil, capacidade empreendedora e habilidades para transformar (ou não) a sua própria realidade e à sua volta.

Nosso objetivo neste artigo é discutir as possibilidades, perspectivas, riscos e dificuldades que o agricultor familiar encontra como agente gerador de inovações capazes de viabilizar o desenvolvimento sustentável no contexto rural brasileiro. Esta pesquisa

está amparada teoricamente nas contribuições da Nova Sociologia Econômica (NSE) e do Empreendedorismo, especialmente o familiar. Entendemos que a contribuição teórica da NSE será capaz de fornecer os instrumentos compreensivos necessários para a análise da realidade da agricultura familiar, tais como as habilidades sociais dos atores desse campo e a cooperação e a formação de redes entre eles.

Neste artigo, recorreremos a diferentes fontes de dados secundários provenientes de publicações técnicas especializadas no tema da Agricultura Familiar e consultas a bases de dados estatísticos de órgãos oficiais sobre a Agricultura Familiar, principalmente as do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE). Considerando como recorte para este estudo, analisaremos empreendedores agricultores familiares produtores de Queijo Minas artesanal no Estado de Minas Gerais.

Dimensões Econômicas, Sociais e Territoriais da Agricultura Familiar

A Nova Sociologia Econômica amplia o estudo da economia ao relacioná-la às questões sociais que inevitavelmente se fazem presentes nela. Na abordagem sociológica dos mercados, a perspectiva político-cultural, vinculada à Nova Sociologia Econômica (NSE), busca estudá-los não como pontos de equilíbrio neutros entre atores anônimos e impessoais, conforme ponto de vista neoclássico (ABRAMOVAY, 2003), mas como estruturas sociais (GRANOVETTER, 1985). A NSE constitui propriamente uma abordagem, ou uma perspectiva de análise, nas palavras de Smelser e Swedberg (1994, p. 25), para os quais ela pode ser definida como “a aplicação de estruturas de referência, variáveis e modelos explicativos da Sociologia a um complexo de atividades relacionadas à produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços escassos”.

Os estudos de Granovetter (1985) buscam compreender a relação entre a ação econômica e a estrutura social, utilizando o conceito de *embeddedness* (imersão) para explicar a intencionalidade do ator no sistema de relações sociais e a formação da estrutura social, e que ambos afetam a ação econômica. A abordagem político-cultural dos mercados traz vários elementos para a compreensão das motivações e das escolhas estratégicas feitas pelas organizações (FLIGSTEIN, 2001). Os agentes do mercado buscam criar mundos estáveis como forma de diminuir os conflitos e a competição, por meio de diversas soluções sociais. Os atores são levados a criar hierarquias, acordos, táticas de negociação e de cooperação.

Inspirado no Interacionismo Simbólico, Neil Fligstein (2001) aborda a cooperação embutida nas relações de mercado sob o ângulo do poder (de influenciar e de constituir um certo campo) e dos significados do que os atores são capazes de inspirar nos outros a partir de suas práticas. O ponto de partida é a necessidade de os indivíduos e as organizações estabilizarem e reduzirem os riscos em suas relações. No cerne das estruturas sociais está, portanto, a cooperação humana. Ela é um modelo de ação que supõe capacidade de persuasão e de interferência na própria formação dos significados em torno dos quais se organiza a ação social. Daí a importância do que Fligstein chama de “empreendedores institucionais”, ou seja, de indivíduos capazes de exercer liderança na organização para promover iniciativas coletivas, incorporando a análise dos movimentos sociais às firmas, passando pelo próprio mercado.

Toda a obra de Fligstein, desde seus trabalhos do início dos anos 1990, concentra-se na tentativa de desfazer o mito de que no mercado os indivíduos comportam-se como maximizadores de interesses cuja base é a rentabilidade econômica. Ao contrário, o que os

atores (ou agentes econômicos) buscam é reduzir os riscos inerentes ao fato de estarem todos expostos à instabilidade do funcionamento do sistema de preços. Nessa tentativa permanente de garantir as condições de sua própria sobrevivência, os indivíduos e os grupos constroem habilidades sociais, definidas por Fligstein (2001) como “habilidade de motivar atores à ação coletiva, o que é vital para a construção e reprodução da ordem social”, que lhes permitem lutar pela dominação do campo em que atuam. Campo segundo Pierre Bourdieu (1992, p. 54) é o “Espaço multidimensional de relações sociais entre agentes que compartilham interesses em comum, mas que não dispõe dos mesmos recursos e competências”.

A economia da Agricultura Familiar se caracteriza por interações complexas e na maioria das vezes desiguais entre diversos agentes, o que faz surgir a necessidade de regras e estruturas sociais capazes de organizar este mercado. Principalmente na presença de incertezas ou de turbulência social, a habilidade social pode ter uma função crucial para manter as ordens locais unidas. Além disso, no surgimento das ordens, a habilidade social normalmente tem destaque. Não é por acaso que falamos de empreendedores na vida econômica, social e política. Esses atores são pessoas de visão que criam novas coisas. Eles não somente têm uma ideia, mas devem utilizar essa ideia para induzir a cooperação entre os outros (DIMAGGIO, 1988).

A habilidade social funciona como uma microestrutura para compreender o que os atores fazem nos campos. Para começar, é a combinação de recursos, de regras preexistentes e das habilidades sociais dos atores que funciona para produzir campos, estabilizá-los periodicamente e produzir a transformação. O surgimento de novos campos ocorre quando um número significativo de membros de diferentes grupos percebe novas oportunidades. A habilidade de construir amplas coalizões políticas e novos quadros culturais que reorganizam identidades e interesses significa que os atores também são sempre importantes. Atores sociais hábeis se relacionam empaticamente com as situações das outras pessoas e, ao fazê-lo, são capazes de fornecer a essas pessoas razões para cooperar. A ideia de habilidade social nos oferece uma forma de começar a estudar como os atores algumas vezes podem transformar as estruturas sociais. Ela nos permite entender como recursos e regras, uma vez estabelecidos, tendem a favorecer os grupos maiores e mais organizados. A teoria dos campos nos ajuda a ver que, uma vez estabelecidos, em geral os arranjos organizacionais dominantes se reproduzem periodicamente. Isso também ocorre graças à distribuição de regras e recursos para os grupos dominantes e à habilidade dos atores hábeis em utilizá-los para reproduzir seu poder.

Tendo em vista que as conjunturas de um campo, identifica-se um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, estimulados por este campo. A este sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano, denomina-se como *Habitus*, ou seja, uma subjetividade socializada (BOURDIEU, 1992). *Habitus* é aqui compreendido como:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (BOURDIEU, 1983, p. 193).

Destacamos também um termo muito presente hoje ao analisarmos a formação de campos, a noção de territórios, cujo desenvolvimento dependeria da articulação e contribuição através de diversos atores e esferas de poder como: sociedade civil, governo e suas instituições, políticas privadas e públicas, desenvolvem um papel para a melhora do âmbito local. Os territórios não são, simplesmente, um conjunto neutro de fatores naturais e de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles se constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais (ABRAMOVAY, BEDUSCHI FILHO, 2004).

Enfatizando o conceito de território, a sociologia econômica contemporânea nas ideias de Fligstein (2001), inspiradas em Bourdieu (1983), encara os territórios como campos onde se disputam interesses diversos, através dos processos localizados de cooperação é a proposta teórica que emerge da aplicação da sociologia econômica de Neil Fligstein aos estudos territoriais. Em cada campo, o objetivo central da ação está na tentativa de alcançar cooperação com outros atores (FLIGSTEIN, 2001). A visão do território coloca ênfase na maneira como uma sociedade utiliza os recursos de que dispõe em sua organização produtiva e, portanto, na relação entre sistemas sociais e ambientais (ABRAMOVAY, 2010).

O empreendedorismo coletivo ou compartilhado pode ser representado por formas de associativismo e cooperativismo à medida que constrói processos de cooperação e interação dentro e fora da comunidade. Martinez (2004) ressalta que o empreendedorismo coletivo não é simplesmente a soma do empreendedorismo individual de cada um dos envolvidos, pois em muitos casos o indivíduo sozinho não é empreendedor, mas associado se torna um.

No empreendedorismo coletivo solidário, empreender envolveria respeitar as características da comunidade em questão, explorando suas virtudes, apoiando-se na união dos membros. “A inteligência e a união coletiva dos trabalhadores são os fatores que, mobilizados, funcionam como recursos fundamentais para que os empreendimentos lidem com a realidade contingente e logrem sua sobrevivência” (GAIGER; CORRÊA, 2010). Neste contexto a contribuição do empreendedor não é apenas na economia, mas abrange questões sociais e de cidadania, onde o empreendedor tem a oportunidade de direcionar o seu negócio para o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a redução da pobreza, tornando-se também um agente de mudança social, agregando valor à sociedade.

Procedimentos Metodológicos

Este artigo recorre à pesquisa qualitativa, a partir da coleta e análise de dados secundários, aproximando-se da realidade entre sujeito e objeto de investigação associada à chamada pesquisa-ação (Thiollent, 1986), na medida em que um de seus autores tem experiência como gestor de políticas públicas para a agricultura no Brasil. (Pozzebon & Petrini, 2013)

Utilizamos o tipo de pesquisa qualitativa da pesquisa-ação por entender que se constitui em uma importante ferramenta metodológica no contexto da agricultura familiar, pelo fato de não sustentar-se em epistemologias positivistas e lineares, mas em abordagens que pressupõem a integração dialética entre o sujeito e sua existência, entre os fatos e valores, entre teoria e ação, e principalmente, entre pesquisadores e pesquisados (Gil,

2017; Flick, 2009; Cervo & Bervian, 2002). Esse aparato metodológico se associa com consistência aos pressupostos teóricos da Nova Sociologia Econômica e à interpretação sobre o fenômeno do empreendedorismo que guiaram a pesquisa.

Uma das estratégias de coleta de informações se sustentou em dados secundários de publicações técnicas especializadas no tema da agricultura familiar, consultas a bases de dados estatísticos de órgãos oficiais sobre a agricultura familiar, principalmente as do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) e documentos e relatórios de trabalhos realizados por um dos autores deste artigo, que tem atuado como Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário exercício há mais de 15 anos. A documentação oficial consultada envolve as seguintes publicações: Brasil (2010); Brasil (2006); Brasil/MDA/SAF (2015); Brasil/MDA (2010); Brasil/MDA/SAF (2009); Brasil/MDA/SAF (2008a); Brasil/MDA/SAF (2008b); Brasil/MDA/CONDRAF (2006) e Brasil/MDA/SAF (2004).

Como pressupõe o desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativa, estabeleceremos um corte temporal-espacial para análise do fenômeno proposto. Este corte definiu o campo em que o trabalho foi desenvolvido e teve como base o número de estabelecimentos da agricultura familiar identificados pelo Censo Agropecuário do IBGE (2017). Qualificando este corte, a metodologia utilizada levou em conta segundo o caráter espacial e a segmentação destes estabelecimentos de acordo com sua caracterização em relação à participação ou não no mercado

Políticas Públicas de Apoio à Agricultura Familiar

O processo de redemocratização no Brasil tem provocado um fortalecimento dos movimentos sociais, principalmente aqueles envolvidos com as questões agrárias, consolidando estas questões na agenda governamental. Aliado a este processo, alguns fatos históricos como o Massacre de Eldorado do Carajás motivaram o Governo Federal a instituir políticas públicas para o atendimento de agricultores familiares e assentados de reforma agrária.

Em 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, juntamente com a nomeação do ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária. Em 1999, uma medida provisória transforma o gabinete do ministro em Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar e posteriormente em Ministério da Política Fundiária e Desenvolvimento Agrário (Brasil/MDA/SAF; 2009; Brasil/MDA/CONDRAF (2006)). Em 2000 é criado pelo decreto 3.338 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e em 2001 uma nova medida provisória transfere do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o MDA as atribuições relacionadas com a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares (Brasil/MDA/SAF; 2009). Estas atribuições estão amparadas pelo Pronaf, que inicialmente tinha foco exclusivo na política de crédito rural diferenciado para agricultores familiares, se torna um programa que engloba uma série de políticas públicas baseadas no tripé do financiamento e seguro da produção, assistência técnica e extensão rural.

Vários instrumentos de política pública estão sendo implementados sob a gestão do MDA visando o desenvolvimento rural sustentável. O crédito rural do Pronaf ainda se

constitui no principal instrumento para a promoção deste desenvolvimento, disponibilizando recursos em diversas linhas de custeio e investimento para o financiamento da produção, do beneficiamento e processamento, e da comercialização da produção agropecuária e não agropecuária (artesanato, turismo rural, extrativismo). Além do crédito rural, o MDA implementa políticas públicas que levam assistência técnica às propriedades rurais melhorando os processos de trabalho por meio do acesso ao conhecimento e a tecnologia, acesso a mercados e as demais políticas públicas, vinculadas à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural que se baseia em princípios da sustentabilidade da produção por meio da agroecologia e do mercado justo e solidário. Buscando assegurar a geração de renda na agricultura familiar, o MDA conjuntamente com o MDS e em parceria com outros órgãos, gerenciam programas institucionais de comercialização como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que visam o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e promover a inclusão social no campo. (Brasil/MDA/SAF, 2015; Brasil/MDA, 2010; Brasil/MDA/SAF, 2008a; Brasil/MDA/SAF, 2008b; Brasil/MDA/CONDRAF; 2006; Brasil/MDA/SAF, 2004).

Outras políticas também fazem parte do conjunto de ações voltadas para a agricultura familiar, tais como o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que financia a aquisição de imóveis rurais não passíveis de desapropriação federal, com uma linha de combate a pobreza rural e outra de consolidação da agricultura familiar. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) também tem ações voltadas para o campo, com a doação de máquinas e implementos para a abertura e conservação de estradas vicinais, melhorando o escoamento da produção, além do abastecimento de água no semiárido brasileiro. (Brasil/MDA/CONDRAF; 2006).

O Governo Federal instituiu o Sistema unificado de Atenção à Sanidade Animal (SUASA) para legalizar e acelerar a implantação de agroindústrias da agricultura familiar), visando descentralizar o serviço de inspeção sanitária e facilitar a comercialização das agroindústrias locais, fortalecendo a economia dos municípios. O Programa Terra Legal é uma iniciativa para assegurar a titulação de propriedade de terras públicas federais na região da Amazônia Legal, garantido aos proprietários destas terras acesso às políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento rural e aos modelos de produção sustentável. (Brasil/MDA/SAF, 2015; Brasil/MDA, 2010)

Dentre as políticas públicas para a agricultura familiar tem se também o Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária, que visa garantir a posse do imóvel ao trabalhador do campo e o Programa Terra Forte, que financia projetos de cooperativas e associações que visam à implementação e modernização de empreendimentos coletivos agroindustriais em assentamentos de reforma agrária. Para melhorar o acesso à educação no campo, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, promovendo cursos de educação profissional e tecnológica para jovens e adultos da área rural por meio do Pronatec-campo. O programa Arca das Letras leva bibliotecas às comunidades rurais para promover a leitura e a alfabetização para moradores da zona rural. Para garantir a cidadania e o acesso às políticas públicas, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) faz caravanas e mutirões de emissão de documentos atendendo prioritariamente às mulheres e jovens rurais. Também para atendimento às mulheres rurais, o programa organização Produtiva das Mulheres Rurais visa promover a autonomia econômica e garantir o protagonismo feminino na economia rural. (Brasil/MDA/SAF, 2008a; Brasil/MDA/SAF, 2008b);

Quanto às políticas de desenvolvimento territorial, destaca-se o programa Territórios da Cidadania, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e conduzido pelo MDA, o programa é voltado para o desenvolvimento sustentável nas regiões com menor índice de desenvolvimento humano do país, integrando ações dos governos com a participação da sociedade civil. Nos territórios homologados instituiu-se o Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais, que repassa recursos federais para obras de infraestrutura para viabilizar serviços para a agricultura familiar. (Brasil/MDA/SAF, 2015)

Empreendedorismo na Produção do Queijo Minas Artesanal

O cenário identificado no Censo agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), dando conta da expressão e do dinamismo da economia da agricultura familiar, aliado à análise dos impactos da implementação do amplo arcabouço de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar apontam para um caminho de possível enfrentamento do desafio que se apresenta: garantir segurança alimentar para 7 bilhões de pessoas sem comprometer a sustentabilidade ambiental do Planeta. Não se trata de um percurso suave ou sem turbulências, tão pouco todo o esforço governamental em fortalecer o setor agropecuário no Brasil, em especial a agricultura familiar, isoladamente, será suficiente. A Nova Sociologia Econômica mostra que a fragmentação da economia concebida pelos neoclássicos torna mais problemática as políticas públicas ao priorizar apenas a redistribuição feita pelo Estado para restabelecer o equilíbrio e para pensar um desenvolvimento sustentável. A participação ativa da sociedade organizada é importante e deve ir além do controle social, para com isso atingir a construção efetiva de um novo modelo participativo, cooperativo e integrador para o desenvolvimento rural sustentável, em cujo centro se encontra a agricultura familiar.

Minas Gerais se destaca pela sua importância na agricultura familiar, apresentando 72,7% dos estabelecimentos rurais nessa classificação, o que engloba 26,2% da área total explorada pela atividade agropecuária no estado. Isso o torna o estado do Sudeste do país com o maior número de empreendimentos de agricultura familiar. Além disso, encontram-se 1.083.284 pessoas trabalhando em estabelecimentos da agricultura familiar em Minas Gerais, representando 59% do total da mão de obra agrícola no estado. (IBGE, 2017; Fortini, 2021).

Em todo o Estado encontramos uma diversidade comparável à diversidade nacional. Sendo o quarto maior estado brasileiro em área e com a segunda maior população, apresenta cinco regiões bem definidas e particulares. Em um mesmo território, várias tradições se misturam, formando um mapa da produção agrícola no Estado. (Fortini, 2021). A produção de queijo e requeijão é a principal atividade agroindústria da, presente em 50,1% dos estabelecimentos de agricultura familiar (Fortini, 2021). Minas Gerais é o estado que mais produz leite no Brasil.

O destino principal do leite produzido no estado são as pequenas e médias cooperativas, que abastecem os grandes laticínios. Mas uma parte significativa deste produto tem um destino mais elaborado: a rica tradição da produção de Queijo Minas artesanal. A história do Queijo Minas artesanal, doravante denominado QMA, se confunde com a história da ocupação do estado de Minas Gerais, que teve início durante o período colonial com a procura de minerais preciosos pelos então Bandeirantes.

O queijo mineiro, um produto elaborado de modo artesanal a partir de leite cru, em pequena escala é patrimônio cultural dos mineiros. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan, que concedeu o registro de Bem Cultural do modo artesanal de fazer Queijo de Minas, nas regiões do Serro e das Serras da Canastra e do Salitre, “o modo próprio de fazer queijo de Minas sintetiza, no queijo do Serro, no queijo da Canastra, no queijo do Salitre ou Alto Paranaíba, ou ainda Cerrado, um conjunto de experiências, símbolos e significados que definem a identidade do mineiro, reconhecida por todos os brasileiros”.

Esta identidade evidenciada pelo QMA é de todos os mineiros, mas se configura como uma riqueza ainda maior de quem o produz, o “capital cultural” que os identifica. Segundo Bourdieu (1983), o capital cultural confere poderes que propiciam diversas probabilidades de lucro (econômico, cultural, social ou simbólico) nos campos e mercados que influenciam. De acordo com seu enraizamento social, as formas de saber se tornam dignas de crédito e conferem dividendos na bolsa de valores sociais. O empreendedorismo do agricultor familiar produtor de Queijo Minas artesanal tem na herança cultural do modo de se fabricar queijo a sua origem. O habitus transmitido pela família desenvolve no empreendedor as habilidades aplicadas ao desenvolvimento da atividade de empreender.

A motivação para empreender do produtor de Queijo Minas artesanal não está ligada essencialmente ao lucro, mesmo sendo ele uma medida de resultado indispensável para a continuação do negócio. O enraizamento à terra aliado ao desejo de atender às suas necessidades, criar autonomia e independência, transformar o ambiente onde vive são os principais fatores motivacionais do empreendedorismo na produção de Queijo Minas artesanal. Ao buscar a independência, os empreendedores familiares se deparam com as mais diversas condições de dependência em relação ao meio e a todos os recursos disponíveis nele.

Este meio, segundo a NSE é onde se constrói e se reproduz a ordem social. Neste “Espaço multidimensional de relações sociais entre agentes que compartilham interesses em comum, mas que não dispõe dos mesmos recursos e competências”, que Bourdieu (1983, p. 183) chama de Campo, é onde os empreendedores produtores de QMA atuam. Esta atuação, em Minas Gerais, está relacionada com a caracterização e demarcação de regiões produtoras de QMA, e se constituem em fator determinante para a formação e aglutinação dos diversos capitais investidos nesta atividade.

São cinco as regiões mineiras delimitadas pela Emater-MG como produtoras de QMA, delimitação esta que não exclui o restante do estado, a saber, Canastra, Serro, Araxá, Serra do Salitre e Cerrado. Nestas regiões se formam campos onde atuam diferentes atores envolvidos na cadeia produtiva do queijo, consolidando a formação de uma estrutura social com base na imersão e que tem origem na ação econômica.

Entre os atores envolvidos na cadeia produtiva do queijo que atuam neste campo, encontram-se primeiramente os agricultores familiares, na sua grande maioria organizados em associações e cooperativas, com objetivo central de comercializar e distribuir o produto, e promover o melhor acesso às políticas públicas de crédito rural e assistência técnica. O crédito rural conta com a participação dos agentes financeiros, que ao identificarem a vocação da região para a cadeia produtiva do QMA, implementam programas direcionados ao desenvolvimento desta atividade, ao exemplo do programa de Desenvolvimento Rural Sustentável – DRS do Banco do Brasil. As ações de assistência técnica e extensão rural são também direcionadas aos produtores e suas associações. O Programa de Qualidade do Queijo Minas Artesanal da Emater-MG, com o apoio do MDA,

tem como objetivo a melhoria genética e de saúde dos rebanhos e manejo das pastagens, e com isso a melhoria da qualidade do leite, padronização das instalações (queijarias) e do processamento, armazenamento e maturação do produto, presente em todas as regiões demarcadas com profissionais formados e capacitados para atuação nesta cadeia produtiva.

Outros atores também estão presentes neste Campo. A produção de QMA tem o apoio e o envolvimento do poder público local, regional e estadual, entidades da sociedade civil ligadas aos agricultores, fornecedores de insumos, enfim, toda a comunidade se envolve e se apropria dos benefícios associados à produção de QMA. A construção social deste território está associada à estratégia de valorização do produto, e também funciona como facilitador no enfrentamento de obstáculos ao desenvolvimento territorial e sua dinâmica econômica.

Muitos são os obstáculos a serem ainda enfrentados pelos agricultores familiares produtores de QMA. O maior deles está na legislação sanitária federal, ou à sua inadequação à realidade dos pequenos agricultores, prejudicando não só os produtores mineiros, mas todos os produtores de queijo artesanal produzido a partir de leite cru, a exemplo do queijo coalho nos estados do nordeste, e o queijo colonial e o queijo serrano, produzidos na região sul do país. O principal entrave da legislação está na falta de entendimento quanto ao tempo de maturação necessário para garantir inocuidade do produto à saúde humana. Existe o consenso da necessidade de maturação e que o queijo fresco é prejudicial à saúde, mas um tempo demasiado de maturação pode alterar significativamente as características sensoriais do produto ao qual o consumidor já se identificou e que se constitui no seu diferencial, lhe conferindo um sabor inconfundível, sua principal vantagem de mercado em relação aos produtos industrializados. O QMA era amplamente consumido pelos mineiros, mas proibido legalmente para o consumo fora do estado. Essa realidade se alterou com a publicação de um decreto do Poder Executivo Federal que passou a regulamentar a produção artesanal de queijos, criando possibilidades de sua comercialização fora do estado de origem, mediante condições específicas de fiscalização pela vigilância sanitária (Brasil, 2019).

A formação de um capital social e cultural em torno deste produto tem sido o principal ponto de apoio para o enfrentamento deste obstáculo. Nesta direção se unem aos agricultores familiares produtores de Queijo Minas artesanal os governos federal, estaduais e municipais, entidades representativas de classes, organizações não governamentais, consumidores, enfim todos os segmentos da sociedade brasileira envolvidos e conhecedores desta realidade.

O governo federal, atendendo às demandas dos produtores, implementou duas importantes ações de por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com entidades prestadora de ATER. A primeira, em parceria com a Emater-MG, que possibilitou a construção de Centros de Maturação do Queijo Minas Artesanal, nas cidades de Medeiros (Canastra) e Rio Paranaíba (Cerrado). Estes Centros têm a capacidade de atender às exigências da legislação federal, sendo possível viabilizar o registro pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF), o que permitirá o comércio nacional do QMA das Associações de Produtores de Queijo Canastra de Medeiros (APROCAME) e da Cooperativa de Produtores de Queijo da Serra do Salitre (COALPA).

A segunda ação, em parceria com a Agrifert, entidade prestadora de ATER sediada em São Paulo, desencadeou no processo de concessão por parte do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) das Indicações Geográficas do queijo do Serro e da

Canastra. As Indicações Geográficas reconhecem a origem do produto, por meio do uso do nome de um país, região ou lugar para designar um produto originário desse espaço geográfico institucionalmente definido, associando-o a determinadas qualidades ou características do produto, conferindo propriedade intelectual sobre a marca, o que restringe o uso da denominação Queijo do Serro e Queijo Canastra aos produtores dos municípios destas regiões. Este tipo de ação fortalece as territorialidades nas regiões delimitadas geograficamente, onde ocorre a valorização do produto com base na força do capital social, estimula laços de identidade e cooperação, baseados no interesse comum de proteger o patrimônio objeto de salvaguarda.

O fortalecimento territorial nas regiões produtoras de QMA faz surgir o sentimento de solidariedade, promovendo o empreendedorismo local e estimulando a formação de redes baseadas nas relações sociais, culturais e econômicas. Conforme abordado Fligstein, a cooperação humana está no cerne das estruturas sociais, embutida nas relações de mercado sob o ângulo do poder de influenciar e de constituir certo campo e dos significados que os atores são capazes de inspirar neles e nos outros a partir de suas práticas. Os produtores de QMA agem inspirados neste interacionismo simbólico, estabelecendo relações de identidade, cultura e mercado, definidas por uma interdependência que aglutina vantagens comparativas de competitividade do produto em novos mercados, gerando novas habilidades e capacidades dos atores sociais.

A articulação destas novas habilidades ao saber fazer tradicional do Queijo Minas artesanal, uma expressão cultural, cria uma dinâmica virtuosa entre o moderno e o tradicional. Para que este encontro seja possível, é necessário aliar ao saber fazer o saber científico. Ao empreender, o agricultor familiar espera retirar da propriedade rural o sustento digno da sua família, promover melhoria da qualidade de vida e transformar a realidade local. Para tanto, ele combina capital em suas formas diversas e trabalho como fatores de produção articulados, criando um produto diferenciado pelo modo artesanal de fazê-lo, estabelece formas de organização internas e externas ao empreendimento.

Internamente, em seu empreendimento agro artesanal de produção de QMA, o produtor envolve todos os membros da família. O pai, via de regra, é o responsável pelo trato do rebanho leiteiro, manejo de pastagens e ordenha, contando sempre com a ajuda dos filhos e eventualmente outro agregado da família, além de ser responsável por todo o trabalho de comercialização, transporte e distribuição do produto. O processamento do leite na fabricação do queijo geralmente fica a cargo das mulheres da casa, bem como todo o serviço de limpeza e armazenagem do produto, e pouco influem nas decisões comerciais. Externamente, no território onde produz, ou seja, nas regiões produtoras de QMA, aos produtores se organizam em associações e cooperativas, que atuam principalmente na comercialização e promoção do produto.

Dentro desta conformação produtiva e comercial, na qual o componente tradicional é muito forte, o processo de inovação e de agregação de novos conhecimentos, não somente ao processo produtivo, mas a toda a cadeia produtiva, enfrenta barreiras por parte da maioria dos produtores de QMA. Uma comprovação disto é que dentro de um número estimado de 40 mil famílias produzindo QMA, apenas 246 produtores estão cadastrados no programa do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) – (dado atualizado em 30/06/2014) implementado desde 2002 e que segue legislação específica sobre o processo de produção de QMA em Minas Gerais. (IMA, 2022)

O principal motivo da não adesão é a falta de visão de futuro da maioria dos produtores quanto à exigência de adequação sanitária do produto evitando prejuízos com

a apreensão do produto, e quanto aos benefícios de acesso a mercados formais e a agregação de valor ao produto decorrente da eliminação de intermediários na venda do produto (Dores & Ferreira, 2012). Esta visão de futuro faz parte do comportamento empreendedor, fundamentado na motivação, na identificação de oportunidades e na exigência de qualidade e eficiência. Os 246 produtores cadastrados foram aqueles identificamos como verdadeiros empreendedores, ou seja, pessoas capazes de enxergar as oportunidades, enfrentar o desafio de realizar as mudanças necessárias e inovar em seu empreendimento. As inovações na produção de Queijo Minas artesanal estão necessariamente ligadas à adequação do produto às exigências sanitárias, à padronização do produto, embalagem e rotulagem também adequados às normas vigentes, visto que o sistema de produção obedece ao saber fazer tradicional.

Estes empreendimentos hoje cadastrados respondem por uma pequena parcela da produção, parcela esta que consegue agregar valor ao produto e estabelecer uma relação com o consumidor que extrapola os limites econômicos, e cria uma forma de comunicação entre produtores e consumidores baseada na identificação da cultura e tradição, tipicidade e qualidade do produto (Saraiva et al., 2012). Possuir um patrimônio histórico, cultural e geográfico estimula a exploração do potencial territorial num processo de construção coletiva, que resulta na diferenciação de produtos com qualidade para o mercado.

Outra característica presente no empreendedorismo da agricultura familiar é o envolvimento dos jovens, muitas vezes responsáveis por influenciar positivamente os adultos na adesão aos processos de mudanças, e também por promover a introdução do conhecimento formal necessário à implementação destas mudanças (Fortini, 2021). Na atividade agrícola ainda é comum os jovens depositarem suas expectativas de futuro em atividades alheias às atividades agrícolas, o que leva ao êxodo rural que infelizmente continua a ocorrer, hoje atingindo muito mais a juventude do campo. Isso faz com que a sucessão do empreendimento rural seja um problema real, não somente para os produtores de Queijo Minas artesanal, mas para todos os empreendimentos da agricultura familiar. Aliado a este êxodo, o envelhecimento da população brasileira, já identificado nos censos demográficos recentes, e que se reflete na população rural, também é um agravante ao empreendedorismo na agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a evolução das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar, identificamos conquistas e avanços que refletem, não somente a importância política e social deste segmento, mas também o seu destaque econômico. Destacamos ainda um importante reposicionamento de agricultores familiares e suas lideranças, direcionado a ampliar a participação da agricultura familiar no acesso aos recursos públicos com vistas a objetivos mais nobres que a simples subsistência no campo: a efetiva participação no mercado. Alguns instrumentos de política pública, exemplificados pelo Programa de Alimentação Escolar, denotam a preocupação de incluir a agricultura familiar no mercado, institucional ou privado.

No entanto, ainda persistem obstáculos importantes a serem superados que dependem direta ou indiretamente do poder público e do envolvimento de toda a sociedade. Os problemas enfrentados pelos produtores de Queijo Minas artesanal em relação à legislação sanitária federal e a imposição de uma situação de “clandestinidade” de grande

parte da produção nos dão a medida da grandeza do desafio ainda a ser enfrentado.

Nesse estudo sobre o empreendedorismo na produção de Queijo Minas artesanal, as abordagens da Nova Sociologia Econômica e do Empreendedorismo nos ajudaram a entender e explicar algumas estratégias adotadas por estes produtores para o enfrentamento destes obstáculos. Mesmo diante de um cenário adverso, o agricultor familiar em Minas Gerais ainda persiste na valorização de suas tradições, e busca na produção de queijo sua afirmação como agente ativo no desenvolvimento local, acreditando na possibilidade de transformar esta rica tradição em fonte de renda.

As habilidades sociais desenvolvidas nas regiões produtoras de QMA fortalecem o espírito empreendedor em alguns daqueles que se encontram nesse campo de atividade. O capital cultural aplicado em favor de uma atividade econômica influencia o mercado no qual atuam os produtores de queijo e sua relação com o consumidor. A herança cultural e a tradição do modo de fazer do Queijo Minas artesanal estão no cerne deste empreendedorismo.

Estes empreendedores, autônomos e independentes, têm procurado estabelecer laços de cooperação nos diversos fóruns em que atuam, criando uma ampla rede de solidariedade em favor da valorização da tradição aliada à modernização de técnicas de processamento, voltadas para as melhorias e adequações do produto a um mercado exigente.

Os agricultores familiares compartilham entre si, dentro da unidade familiar e no território, conquistas e desafios, combinando visões de mundo, valores e simbolismo de forma a propiciar a formação de um tecido social rico, coeso e plural. As abordagens da NSE e do Empreendedorismo se completam e apontam formas concretas de interação social, econômica e cultural nos campos e nos mercados envolvidos na produção de Queijo Minas artesanal.

A análise desse mercado destaca a importância das interações econômicas, políticas, sociais e culturais que se desenvolvem em um território, envolvendo um conjunto de atores com formas de racionalidade diversas aplicadas nas soluções dos conflitos e na promoção de interações de cooperação mútua.

Este estudo sobre empreendedorismo na agricultura familiar, em especial na produção de Queijo Minas artesanal, associa teoria e operacionalização de políticas, evidenciando a necessidade de mudança no processo de formulação, se valendo de uma melhor percepção e compreensão mais nítida de todas as condições específicas tais como formação histórico-cultural, recursos disponíveis, capitais envolvidos, estruturas de interação e cooperação presentes, enfim, todas as nuances que envolvem as interações de mercado e sociedade, para efetivamente contribuir com mudança de paradigma do modelo de produção agrícola em direção à sustentabilidade.

Por fim, esta pesquisa promove um debate sobre importantes aspectos da formulação e implementação de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar. Destacamos a necessidade de superação da visão setorial em favor da articulação interdisciplinar, priorizando as formas como as interações estão organizadas e não apenas o seu conteúdo, considerando contextos dinâmicos, compreendendo como ação e estruturas se articulam na constituição de estratégias adotadas.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte. Fortaleza: BNB / IICA / MDA / BANCO MUNDIAL. Mimeo. 2003.
- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento sustentável. Novos Estudos CEBRAP. 2010.
- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo. Tempo Social, 2004.
- ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: Texto para discussão, n. 702, Rio de Janeiro. IPEA. 2000
- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios. S P: Economia Aplicada. 2000
- ABRAMOVAY, R.; BEDUSCHI FILHO, L.C. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. Nova Economia (UFMG), Belo Horizonte. 2004.
- BOURDIEU, P. Economia das trocas simbólicas. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1992.
- BOURDIEU, P. Questões de sociologia. São Paulo: Ática, 1983
- BRASIL. . Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). – Política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). 2004. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretarias/saf-captec/politica-nacional-de-assistencia-tecnica-e-extensao-rural-pnater> Acesso em nov. 2014.
- BRASIL. Decreto No. 9.918 de 18 de julho de 2010. Regulamenta o art. 10-A da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal. Disponível em <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-9918-de-18-de-julho-de-2019-198615217>. Acesso em 22 de julho de 2022.
- BRASIL. Lei Nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – Pnater e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – Pronater, altera a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jan. 2010.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Seção 1, p.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). Plano Safra 2015/2016 – Agricultura Familiar – Alimentos Saudáveis para o Brasil. Brasília, 2015.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). Relatório de gestão. Brasília, 2009 (mimeo).
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). Seminário Nacional de ATER: consolidar a PNATER, fortalecer a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável. Brasília, 2008a.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho ATER. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final, 2008b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/CONDRAF. Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília-DF, MDA, Série Documentos n. 03, junho. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Plano Safra para a agricultura familiar 2010/2011. 12 p. 2010. Disponível em <http://www.pronaf.gov.br>. Acesso em 22 de maio de 2015

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DIMAGGIO, P. Interest and agency in institutional theory. In: In: The American Journal of Sociology. 1988

DORES, M. T.; FERREIRA, C. L. L. F. Queijo Minas Artesanal, Tradição Centenária: ameaças e desafios. Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável (RBAS), v.2, n.2., p.26-34, Dezembro, 2012.

DREHER, M. T. Empreendedorismo e responsabilidade ambiental: uma abordagem de empreendimentos turísticos. UFSC, Florianópolis, 2004.

FLICK, W. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto alegre: Artmed, 2009.

FLIGSTEIN, N. Habilidade social e teoria dos campos. Revista de Administração de Empresas, v. 47, n.2, abr/jun 2007, pp. 61-80.

FORTINI, R. M. Um novo retrato da agricultura familiar do estado de 2021 Minas Gerais [recurso eletrônico] : a partir dos dados do censo agropecuário 2017. Viçosa, MG : IPPDS, UFV, 2021.

GAIGER, L.; CORRÊA, A. A história e os sentidos do empreendedorismo solidário. Otra Economia, 2010

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. In: The American Journal of Sociology, vol. 91, n. 3. 1985

GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. The Sociology of Economic Life. San Francisco: Westview Press, 1992.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 22 jul. 2022

IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária). Queijos Artesanais. Disponível em <http://ima.mg.gov.br/agroindustria/queijos-artesanais>. Acessado em 22 de julho de 2022.

LEVESQUE, B. Contribuição da Nova Sociologia Econômica para repensar a Economia do Desenvolvimento Sustentável. RAE, 47, n.2, p. 49-60, 2007.

MEDEIROS, J. C.; GRISA, C. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e suas Capacidades Estatais na Promoção do Desenvolvimento Rural. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v. 14, n. 34, p. 06-35, dez., 2019.

POZZEBON, M. PETRINI, M. Critérios para Condução e Avaliação de Pesquisas Qualitativas de Natureza Crítico-Interpretativa. In: TAKAHASHI, Adiana Roseli Wünsch. Pesquisa Qualitativa em Administração: fundamentos, métodos e usos no Brasil. São

Paulo: Atlas, 2013. p.51-72. April 2013.

SARAIVA, C. B. et al. Aspectos Ambientais da Produção do Queijo Minas Artesanal. Rev. Inst. Latic. "Cândido Tostes", Set/Out, nº 388, 67: 41-47, 2012.

SCHUMPETER, J. A. Teoria do desenvolvimento econômico. S.P.: Abril, 1982.

SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (Eds.). The Handbook of Economic Sociology. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa - ação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.